

quada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso,

pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2021.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/O-0
Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo: 636833

2.0 Hotéis Parauapebas Ltda

CNPJ 12.423.804/0001-82

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante	7.185	6.036	Circulante	12.730	3.144
Caixa e equivalentes de caixa	394	341	Fornecedores	1.972	2.117
Contas a receber	147	176	Outras Contas a Pagar	78	72
Mútuo com partes relacionadas	827	-	Obrigações fiscais e trabalhistas	28	29
Impostos a recuperar	462	357	Empréstimos	10.157	926
Outros créditos	5.354	5.162	Mútuo com partes relacionadas.	494	-
Não circulante	18.557	9.708	Não circulante	489	10.573
Propriedades para investimento	18.557	9.698	Impostos diferidos	489	388
Intangível	-	10	Empréstimos	-	10.185
Total do ativo	25.743	15.745	Patrimônio líquido	12.524	2.028
			Capital social	13.757	13.757
			Prejuízos acumulados	(4.579)	(13.960)
			Adiantamento para futuro aumento de capital	3.346	2.232
			Total do passivo e patrimônio líquido	25.743	15.745

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	13.757	(12.923)	-	834
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.232	2.232
Lucro (prejuízo) do exercício	-	(1.037)	-	(1.037)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	13.757	(13.960)	2.232	2.028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.114	1.114
Lucro (prejuízo) do exercício	-	9.380	-	9.380
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	13.757	(4.579)	3.346	12.522

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Receita líquida de serviços	1.709	3.331
Custo operacional	-	(1.553)
Lucro Bruto	1.709	1.778
Despesas operacionais	(948)	(1.898)
Gerais e administrativas	(948)	(1.898)
Tributárias	(2)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-
PCE - Provisão para perdas de crédito esperadas	(77)	(2)
Provisão para impairment de ativo imobilizado	9.674	109
Lucros (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	10.357	(24)
Resultado financeiro	297	307
Receitas financeiras	297	307
Despesas financeiras	(1.171)	(1.218)
Lucros (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	9.483	(935)
Imposto de renda e contribuição social	(102)	(102)
Lucro (prejuízo) do exercício	9.381	(1.037)

2.0 Hotéis Parauapebas Ltda
Jefferson Baptista Tagliapietra
CPF: 103.944.718-06
Ronaldo Figueredo Delgado
Contador
CRC: 1SP 257949/O-0

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Protocolo: 636825